



Orçamento 2015 deverá ser votado daqui a 2 semanas

Após reunião ontem, Renan Calheiros e Eduardo Cunha anunciaram que o Congresso Nacional se reunirá no dia 24 e que proposta orçamentária poderá ser examinada

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, se reuniram ontem para traçar estratégias que permitam às duas Casas atuar de forma coordenada nesta nova legislatura. Do encontro, saiu a decisão de convocação do Congresso Nacional para o dia 24. Na sessão, deverá ser votada a proposta do Orçamento 2015.

No entanto, ainda não está decidido se os parlamentares que acabaram de tomar posse poderão apresentar emendas à proposta orçamentária. Segundo os dois presidentes, será elaborado um projeto com regras para a apreciação dos vetos presidenciais pelos parlamentares. Essa proposta também poderá ser votada na sessão do dia 24. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

Renan Calheiros, ao lado de Eduardo Cunha, fala aos jornalistas após reunião

Remédios podem ficar isentos de impostos 8

Nomes para embaixadas dependem de votação 6

Proposta insere vigia de rua no mercado formal 7

especial
Cidadania



Valentina Gallo

Ataque a jornal francês reforçou manifestações para barrar terrorismo no mundo

Tipificação do terrorismo deve voltar a ser discutida no Senado

Cinco projetos em tramitação na Casa tratam de leis sobre o assunto, que ainda não tem regras específicas

no país. Tema também deverá ser debatido durante a análise da proposta do novo Código Penal. **4 e 5**

Líderes partidários discutem nomes para as comissões

Os debates para definir quem vai presidir as 12 comissões permanentes do Senado avançam hoje em reunião de líderes, mas o processo só deve ser con-

cluído depois do Carnaval. Os senadores pretendem antes formar os blocos partidários e chegar a um entendimento sobre o critério de proporcionalidade. **3**



Geraldo Magela/Agência Senado

Estudantes terão a carteira de trabalho assinada e vão receber um salário mínimo por turnos diários de quatro horas

Jovens aprendizes começam a trabalhar

O Senado recebeu ontem a primeira turma de jovens aprendizes que vão trabalhar na Casa. A parceria com o Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador

do DF é um projeto de inclusão social com formação acadêmica. Os 30 jovens têm entre 14 e 18 anos e, de início, serão lotados na Biblioteca e no Arquivo. **2**

Projeto inscreve ex-combatentes no Livro dos Heróis 2

Texto reduz tributo de representante comercial 7

Por meio de programa, adolescentes do Distrito Federal conciliam estudos com aprendizagem profissional. Os 30 primeiros participantes trabalharão em setores como a Biblioteca e o Arquivo



Os 30 primeiros aprendizes posam para foto após cerimônia de boas-vindas: participantes fazem jus a salário mínimo

Senado recebe primeira turma de jovens aprendizes

A PRIMEIRA TURMA de jovens aprendizes que atuará no Senado foi recebida ontem numa cerimônia. A diretora-geral-adjunta de Gestão, Ilana Trombka, e o diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, Rodrigo Brum, saudaram os 30 jovens, que iniciam os trabalhos no Senado nesta semana. Eles têm de 14 a 18 anos e cursam a partir do 8º ano do ensino fundamental.

Brum ressaltou que o programa faz parte de um aprendizado para os adolescentes. Segundo ele, trata-se de um processo de inclusão social em parceria com a formação acadêmica, que se dará com o apoio do Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador do Distrito Federal (Cesam).

— Esta é a turma pioneira. A previsão é chamar mais 200 jovens, gradativamente, conforme a necessidade e o pedido das áreas — informou o diretor.

Inicialmente, os estudantes serão lotados em setores como a Coordenação de Biblioteca e a Coordenação de Arquivo. De acordo com Ilana, os locais foram escolhidos por abrange-rem uma alta capacidade de aprendizagem, já que o programa visa, ao mesmo tempo, atender o Senado e os jovens.

— De um lado, há necessidade do Senado, e do outro, a oportunidade de o menor aprendiz utilizar o conhecimento adquirido em outros lugares — explicou.

Expectativa

A expectativa da tutora Stella Maria Vaz, chefe do Serviço de Manutenção e Conservação do Acervo da Biblioteca, é positiva. Responsável por oito jovens, auxiliará no trabalho de organização e cuidado com as obras literárias. Para ela, trabalhar com jovens é motivador:

— Vejo uma importância muito grande nesse contato

com o ambiente de trabalho para o amadurecimento e o desenvolvimento dos adolescentes. Ter responsabilidade é importantíssimo.

Se depender das aprendizes Ana Carolina, de 17 anos, e Carina Fernandes, de 16, a tutora não vai se decepcionar. As duas se disseram entusiasmadas para começar o trabalho no Senado.

— Quero aproveitar ao máximo, aprender tudo, porque trabalhar aqui vai abrir muitas portas para mim — disse Carina, que já tem em mente cursar direito e psicologia assim que concluir o ensino médio.

A jornada de trabalho dos jovens é de quatro horas diárias, feita no turno contrário ao da escola. Eles receberão um salário mínimo, vale-transporte e vale-refeição e terão a carteira de trabalho assinada, com pagamento de FGTS e INSS. O contrato tem duração de até 24 meses.

Livro dos Heróis pode incluir ex-combatente

Os marinheiros, soldados e aviadores que combateram na 2ª Guerra Mundial, sobreviventes ou mortos, poderão ser inscritos no *Livro dos Heróis da Pátria*, de acordo com projeto de Paulo Paim (PT-RS). A legislação atual só permite a distinção a brasileiros mortos.

No projeto (PLS 4/2015), o senador enfatiza a necessidade do devido reconhecimento aos ex-combatentes, que marcaram a participação do Brasil na “consolidação de uma ordem mundial democrática”. Em 1944, mais de 25 mil brasileiros, apelidados de pracinhas, foram enviados em campanha militar à Itália, e 459 deles morreram em ação.

A Lei 11.597/2007 estabelece

que o *Livro dos Heróis da Pátria* se destina ao reconhecimento dos “brasileiros que tenham oferecido a vida à pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo”. O livro de páginas de aço — guardado no Panteão da Pátria, em Brasília — foi inaugurado em 1989 com a inscrição do nome de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Dom Pedro I, Zumbi dos Palmares, Alberto Santos Dumont, Chico Mendes e José de Anchieta são alguns dos outros personagens homenageados.

Para que um novo nome seja incluído no livro, o Senado e a Câmara precisam aprovar uma lei. A legislação limitou o reconhecimento a brasileiros

mortos em campo de batalha ou falecidos há mais de 50 anos. Por isso, o texto visa modificar a lei, ampliando sua aplicabilidade para abranger sobreviventes de combates. Paim propõe que seja inscrito “O grupo de marinheiros, soldados da Força Expedicionária Brasileira e membros do I Grupo de Aviação de Caça que participaram da Segunda Guerra Mundial”.

“Por questão de justiça histórica, entendemos que devem ser reconhecidos como heróis não apenas os mortos em combate ou em decorrência deles, mas também os sobreviventes”, argumenta. O texto será analisado pela Comissão de Educação e Cultura (CE) em caráter terminativo.

Ricardo Ferraço cobra mudança na política externa brasileira

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse esperar que a mudança de comando no Ministério das Relações Exteriores contribua para recolocar a diplomacia a serviço dos interesses do país. No início do ano, Mauro Vieira substituiu Luiz Alberto Figueiredo à frente do Itamaraty.

Para o senador, o Brasil tem faltado à obrigação de atuar como fator de equilíbrio na América do Sul, pois a política externa faz opção pelo que há de “mais atrasado e populista”.

— O que temos visto é mais que simples desvio de rota ou guinadas inexplicáveis. Assistimos ao esvaziamento decisório do nosso Itamaraty.

O Brasil está ressentido da falta de apoio, de autoridade, de rumo na condução da política externa.

Ferraço sugeriu o fim do que chamou de “paciência estratégica” com países como Argentina e Venezuela, argumentando que a amizade não pode justificar a aceitação de desmandos. Ele lembrou que o Brasil continua sendo uma das economias mais fechadas do mundo e sugeriu a celebração de acordos bilaterais de comércio mais vantajosos, para compensar o que considera perda de relevância do Mercosul, e criticou a falta de resultados comerciais da aproximação com a África.

José Medeiros recomenda diálogo entre governo federal e madeireiros

José Medeiros (PPS-MT) pediu à ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que abra diálogo com madeireiros sobre a portaria que proíbe a exploração e a venda de algumas espécies de madeiras, como cedro, jatobá, jequitibá e cerejeira, sob risco de extinção.

O problema, segundo o senador, é que há madeiras que já foram extraídas e que só dependem de liberação para serem comercializadas. Além disso, muitas madeiras haviam feito planos de manejo prevendo a continuidade da extração, o que, pela portaria, está proibido.

Ele defende uma solução que permita às madeiras honrar compromissos assumidos e, ao mesmo tempo, garantir a preservação.

— O que se pede é uma transição, até porque já tinha madeira que estava no caminho e, como os tipos que estão na portaria estão muito amplos, portar, armazenar, isso acaba por criar esse transtorno. A pessoa que estava na legalidade num dia já está se sentindo na ilegalidade no outro.

Medeiros também fez um apelo ao governo federal pela liberação de crédito suplementar para que novos parlamentares possam apresentar emendas ao Orçamento para 2015. Segundo ele, apesar de o texto ainda não ter sido aprovado pelo Congresso, os recém-empossados não podem fazer emendas, enquanto os antigos puderam destinar, cada um, R\$ 16 milhões para as áreas que indicaram.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h A PEC 10/2011, sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e a carreira de agente de defesa civil, é um dos projetos na pauta de votações.

PRESIDÊNCIA Reunião com Luís Inácio Adams

11h Renan Calheiros recebe o advogado-geral da União, ministro Luís Inácio Adams. Às 12h, recebe presidentes da Federação das Indústrias de Alagoas, José Carlos Lyra, e da CNI, Robson Andrade. Às 14h30, reunião da bancada do PMDB com o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga. Em seguida, recebe o deputado Paulo Pereira da Silva e presidentes de centrais sindicais. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão deliberativa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Congresso vai se reunir no dia 24 para votar o Orçamento 2015

Presidentes do Senado e da Câmara decidiram que no mesmo dia senadores e deputados vão examinar também uma proposta de análise dos vetos presidenciais, como primeiro item da pauta

OS PRESIDENTES DO Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, debateram ontem a reforma política, a votação de vetos presidenciais e o Orçamento de 2015, na tentativa de harmonizar a atuação legislativa das duas Casas. A reunião ocorreu na Câmara.

Renan informou que ficou acertada uma sessão do Congresso para o dia 24. Ele reconheceu a necessidade de regulamentação do processo de apreciação de vetos e disse esperar uma definição sobre o tema já na próxima sessão.

Cunha confirmou que vai discutir com a Mesa da Câmara uma proposta de resolução que defina regras sobre os vetos. A intenção é que o projeto seja o primeiro item da pauta da sessão do Congresso.

— A proposta é fazer uma cédula eletrônica para votar em painel. O destaque seria feito pelo tamanho dos partidos, como é na Câmara. Você apresenta destaques de votação em separado — explicou Cunha.

De acordo com Renan, a sessão do dia 24 também poderá permitir a votação do Orça-



Renan Calheiros, Eduardo Cunha e Romero Jucá discutem, na Câmara, a votação do Orçamento 2015 pelo Congresso

mento de 2015 (PLN 13/2014), já aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Renan ressaltou que não há acordo quanto à possibilidade de apresentação de novas emendas ao projeto, mas apontou que existe o desejo para que os novos parlamentares tenham essa possibilidade,

de modo que “participem totalmente do processo”.

— Há um desejo tanto do presidente da Câmara quanto do presidente do Senado no sentido de que o relator [do Orçamento], Romero Jucá, possa receber emendas dos parlamentares novos — disse Renan.

Ele ressaltou que a visita à Câmara mostra que deputados e senadores estarão juntos neste ano.

— Será melhor se as Casas trabalharem conjuntamente. Vamos buscar uma agenda socioeconômica que garanta conquistas do povo brasileiro e priorize a reforma política.

Nomes dos presidentes de comissões serão debatidos por líderes

Uma reunião de líderes partidários marcada para hoje pode ajudar a definir a escolha dos presidentes das 12 comissões permanentes do Senado. Apesar da expectativa de indicações nesta semana, a conclusão do processo pode ficar para depois do Carnaval. Entre as dificuldades, estariam a negociação para formação de novos blocos e a insatisfação da oposição com a eleição da Mesa, na semana passada.

— Deverão ser formados os blocos partidários. A partir daí, vem o Carnaval e vamos eleger os presidentes. E aí sim começa para valer o trabalho das comissões — avalia Romero Jucá (PMDB-RR), segundo-vice-presidente da Casa.

Já Alvaro Dias (PSDB-PR), líder do Bloco da Oposição, afirma que o clima tenso depois da eleição da Mesa pode ser um empecilho às articulações. Os partidos oposicionistas apontaram uma manobra para excluir PSDB, PSB e DEM da composição da Mesa.

— O ambiente conturbado não oferece expectativa de avanço de entendimento.

A perspectiva é que a distribuição das presidências, quando ocorrer, seja mais pacífica do que a composição da Mesa e obedeça criteriosamente ao princípio da proporcionalidade.

— Todos nós temos a intenção de retomar esse diálogo e olhar as comissões para compensar a divisão que ocorreu na eleição da Mesa. Teremos muito trabalho neste ano e não dá para trabalhar com um

Senado dividido — pondera Delcídio do Amaral (PT-MS).

— Os próprios líderes partidários sinalizaram um encontro a curto prazo para discutirmos a composição mediante o claro critério da proporcionalidade — afirma José Agripino (DEM-RN).

A montagem dos colegiados envolve dois passos: a distribuição das presidências e a indicação dos membros, cada uma com um cálculo diferente.

Regras

As 12 presidências são divididas com base no tamanho de cada bancada, em respeito ao princípio da proporcionalidade. Hoje são 15 as siglas no Senado. A mais numerosa é o PMDB, com 18 senadores. Depois vêm PT (14) e PSDB (11).

A divisão entre o número total de senadores (81) e o núme-

ro de comissões (12) produz um quociente. Dividindo-se o tamanho de cada bancada pelo quociente, chega-se ao número de presidências a que cada partido tem direito. O partido mais bem representado escolhe a comissão que quer presidir, depois é a vez da segunda maior legenda e assim por diante, até todos os colegiados estarem distribuídos entre as maiores bancadas.

Já o preenchimento das comissões leva em conta os blocos partidários, conforme regras ditadas pela Constituição e pelo Regimento Interno. Nove dos 15 partidos estão coligados em três blocos: Bloco da Oposição (PSDB e DEM), Democracia Participativa (PSB, PP e PPS) e União e Força (PR, PTB, PRB e PSC).

Essas siglas indicam representantes em conjunto, e não

como bancadas independentes. Os outros seis partidos não formaram blocos e participam da montagem das comissões individualmente.

O cálculo de quociente é reproduzido para cada comissão, com base no número de assentos em cada uma (de 11 a 27). Isso determina o tamanho da presença dos partidos ou blocos nos colegiados. Obedecido o critério da proporcionalidade, isso representa mais cadeiras para os maiores grupos políticos.

Os líderes, então, nomeiam os representantes segundo as vagas que lhes cabem. Cada senador pode integrar até três comissões permanentes como membro titular e outras três como suplente. Apenas o presidente do Senado está impedido de atuar em comissões.

(Com Rádio Senado)



Para Alvaro Dias, líder da oposição, o “ambiente conturbado” gerado após a eleição da Mesa desfavorece entendimento

Câmara pode aprovar orçamento impositivo hoje

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que torna o Orçamento da União impositivo pode ter a aprovação concluída hoje na Câmara. O presidente Eduardo Cunha prometeu a aprovação da proposta neste mês. A PEC foi aprovada em primeiro turno em dezembro.

Com a aprovação da proposta (PEC 358/2013 na Câmara e PEC 22A/2000 no Senado), o Executivo será obrigado a executar as emendas parlamentares individuais, sugeridas por deputados e senadores, ao Orçamento. Essas emendas são um mecanismo usado por parlamentares para destinar parte do que é arrecadado pela União diretamente a ações em seus estados. O valor total é definido anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Conforme o texto da PEC, será obrigatória a execução das emendas individuais ao Orçamento até o limite de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) da União no ano anterior. A PEC prevê também ampliação progressiva dos recursos aplicados pelo governo federal na saúde nos próximos cinco anos, alcançando, ao final, 15% da RCL. Além disso, fixa que metade dos recursos das emendas individuais seja direcionada à área da saúde.

(Com Agência Câmara)

Mesmo tendo sediado a Copa do Mundo, e às vésperas de receber outro evento esportivo global, as Olimpíadas de 2016, o Brasil ainda não tem uma lei que especifique o que são atos terroristas e quais as penas a serem impostas a quem praticá-los, realidade que os senadores trabalham para mudar

Senado pode tipificar o crime de terrorismo

Cinco projetos em tramitação na Casa sugerem leis autônomas sobre o tema, que, embora previsto na Constituição, ainda não foi regulamentado. Outra opção em debate é consolidar o assunto no projeto do novo Código Penal, que deve ser votado ainda neste semestre na Comissão de Constituição e Justiça. A questão é polêmica. Entidades da sociedade civil temem que a tipificação acabe atingindo as ações dos movimentos sociais.

Gorette Brandão

O ATENTADO EM Paris contra o semanário *Charlie Hebdo*, que completou um mês no último sábado, causou perplexidade e indignação em todo mundo, mas também motivou reflexões sobre como as nações podem prevenir e enfrentar o terrorismo. O Brasil ainda precisa encarar questão mais trivial, que é suprir a ausência de tipificação penal do terrorismo em seu ordenamento jurídico.

A Constituição se limita a enquadrar o crime no rol daqueles que, na regulamentação em lei, não permitam acesso aos benefícios da fiança, graça ou anistia. Porém, passados mais de 26 anos do início de vigência da Carta, promulgada em 1988, essa lei ainda não ganhou forma, apesar de o Congresso, desde então, ter discutido inúmeros projetos sobre o assunto.

Somente no Senado, tramitam no momento cinco propostas sugerindo leis autônomas sobre o tema. Outra solução em análise passa pela consolidação da matéria no texto do novo Código Penal (PLS 236/2012). A votação do relatório ao novo código, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), deve acontecer ainda neste semestre.

A Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/1983), elaborada durante o regime militar, incluiu os “atos de terrorismo” entre os

crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social. A pena mais branda é de 3 anos de prisão e, no limite, pode chegar a 30 anos se do fato resultar morte.

A lei, contudo, não especifica que ações podem ser enquadradas no crime de terrorismo. Assim, mesmo estando em plena vigência, a LSN é considerada defeituosa do ponto de vista jurídico. Isso sem contar o fato de carregar a pecha de “entulho autoritário”, com dispositivos que, antes de tudo, foram desenhados para a proteção do regime.

“É constrangedor e irresponsável o fato de o único tipo penal que expressamente menciona o terrorismo remontar ao final do regime militar”, lamenta o senador Romero Jucá (PMDB-RR). É o comentário que faz na justificativa de projeto dele, o PLS 44/2014, a mais recente das proposições em exame na Casa que tipificam o crime.

Regulamentação

Pela proposta, configura terrorismo “provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa de ofensa à vida, à integridade física ou à saúde ou à privação da liberdade de pessoa”. A pena de reclusão varia de 15 a 30 anos, mas pode partir de 24 anos se o ato causar morte.

Outro projeto, o PLS 499/2013, foi elaborado pela comissão mista parlamentar constituída há



Ataque ao jornal *Charlie Hebdo* provocou reações em todo o mundo pela liberdade de imprensa e chamou a atenção para a necessidade de ações para controlar o terrorismo

cerca de dois anos para cuidar da regulamentação de dispositivos constitucionais pendentes. Aprovado em novembro de 2013, foi encaminhada ao Senado, com previsão de exame diretamente em Plenário.

A intenção era de que a matéria chegasse logo à Câmara. Assim, poderia ser encaminhada à

sanção antes do início da Copa do Mundo, em meados de 2014. Polêmicas em torno de um dos pontos do texto atrasaram o exame e o país chegou ao evento sem contar com uma legislação para punir atos de terror.

O conceito de terrorismo e as penas para o crime são muito semelhantes nas propostas de

Jucá e da comissão mista. Em ambas, a pena inicial de reclusão, de 15 anos, impõe ao condenado início de cumprimento em regime fechado. Além disso, não poderá haver fiança. O acesso à progressão é menos benéfico, por se tratar de crime hediondo: só depois de quatro quintos do tempo em regime fechado.

Os dois projetos tratam de situações agravadas que elevam a pena, como o uso de meios mais danosos (caso de explosivos) ou o fato de o crime ter sido cometido contra autoridades, como o presidente e o vice-presidente da República e os presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal.

Ambos conceituam e definem penas para crimes correlatos. Entre eles, o financiamento ao terrorismo, terrorismo contra bens materiais (dano a bem ou serviço essencial, como rede de energia, metrô ou aeroporto) e formação de grupo terrorista. Além disso, tratam da proteção e extinção de punibilidade a arrependidos dispostos a denunciar e impedir os atos.

Manifestações

O projeto de Jucá inclui dispositivo para deixar claro que não será crime de terrorismo “a conduta individual ou coletiva de pessoas movidas por propósitos sociais ou reivindicatórios”. O autor procurou contornar polêmica que dificultou o andamento do PLS 499/2013, o da comissão de consolidação, que foi por ele mesmo relatado.

O impasse foi causado pelo conceito inicialmente atribuído ao crime, definido como o ato de “provocar ou infundir terror ou pânico por motivo ideológico, religioso, político ou de preconceito racial ou étnico”. Para os críticos, inclusive setores do governo, o conceito poderia abrir caminho para criminalizar ações de movimentos sociais.

O sub-relator da comissão, deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), foi um dos discordaram. Segundo ele, a proposta era parte de um “pensamento político repressivo”. Ao fim, Jucá cedeu e alterou a redação do conceito, que deixou de fazer menção a motivações caracterizadoras do crime.

Apesar disso, o PLS 499 chegou ao Senado em meio a opiniões adversas. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) enviou manifestação contrária à proposta e a dois outros projetos que tipificavam o vandalismo. Para a OAB, o Congresso decidiu votar

de “afogadilho” as matérias após o acirramento dos protestos nas ruas a partir de junho de 2013.

Após a polêmica, o ritmo da tramitação diminuiu. Em vez do exame único em Plenário, o texto passará antes por quatro comissões, conforme requerimentos de diversos senadores já aprovados. A primeira comissão a analisar o PLS 499/2013 será a de Diretos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Há, entretanto, quem discorde da retirada das hipóteses de motivação na conceituação do terrorismo. O ex-senador Pedro Taques, que renunciou ao mandato para assumir o governo de Mato Grosso, em relatório ao projeto de Jucá na CCJ, apresentou emenda com uma lista de motivações que caracterizariam o terrorismo, inclusive questões religiosas e políticas.

Outra emenda de Taques corrige o dispositivo destinado a excluir do alcance da tipificação pessoas que participam de movimentos reivindicatórios. Para ele, a redação oferecida por Jucá propiciava imunidade penal, que podia deixar impunes atos terroristas, se praticados por membros de movimento sociais.

Por isso, o então relator sugeriu alteração para estabelecer que as condutas de ações de movimento social deixam de ser crime de terrorismo desde que “os objetivos e meios sejam compatíveis e adequados à sua finalidade”. O relatório de Taques poderá ou não ser aproveitado pelo senador que vier a sucedê-lo na relatoria.

Com os dois ajustes, o ex-senador aproximou a redação do tipo penal do terrorismo, na proposta de Jucá, à que foi sugerida pela comissão de juristas que elaborou o anteprojeto do novo Código Penal, o PLS 236/2012. Taques foi relator do código na comissão especial de senadores.



Torres do World Trade Center desabariam após o choque de dois aviões

Atentado do 11 de Setembro marca ascensão do terror

Atos terroristas de extrema violência já haviam abalado o mundo antes do ataque ao semanário satírico *Charlie Hebdo*, em Paris, em 7 de janeiro deste ano. O ponto marcante da ascensão do “megateror” foram os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, atribuídos à organização fundamentalista islâmica Al-Qaeda.

Dois aviões de passageiros foram sequestrados e lançados contra as torres do World Trade Center, em Nova York, e outro contra o Pentágono, a sede do Departamento de Estado, em Washington. Uma quarta aeronave caiu na Pensilvânia após reação dos passageiros.

Uma bomba já havia explodido anos antes no World Trade Center, matando seis pessoas e ferindo perto de mil. Ainda nos EUA, em 1995, um terrorista destruiu um prédio federal em Oklahoma City com um caminhão-bomba: 168 pessoas foram mortas e centenas, feridas. Uma seita liberou gás sarin no metrô de Tóquio, em 2009, causando a morte de 12 pessoas e intoxicação em mais de 5 mil.

O terrorismo é ato frequente de luta política e religiosa em dezenas de países, tendo como faceta mais cruel o uso

de crianças-bombas para atingir os alvos.

Fenômeno global, com ações planejadas e executadas para além de fronteiras nacionais, o terrorismo preocupa governos e instituições multilaterais.

O ex-senador e atual governador de Mato Grosso, Pedro Taques, ao analisar o tema como relator do PLS 44/2014 (*veja matéria principal*), ressalta que a Constituição relaciona o “repúdio ao terrorismo” entre os princípios essenciais que devem reger as relações internacionais do Brasil.

Taques chama a atenção para o fato de se tratar de questão de segurança internacional, o que impõe ao país compromisso urgente com a regulamentação jurídica do tema.

Além disso, ele afirma que o Brasil já se comprometeu a tipificar o crime de terrorismo no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e no da Organização dos Estados Americanos (OEA). Ao justificar a importância da medida, o ex-senador observa que mecanismos de cooperação judiciária internacional e extradição, em razão de terrorismo, dependem da tipificação penal do crime nos países envolvidos.

Projeto do novo Código Penal tem capítulo específico sobre tema

O projeto do novo Código Penal, que pode ser votado no Senado ainda neste primeiro semestre, trata do terrorismo em um capítulo específico. A proposta está em análise na CCJ, mas a votação depende da designação de novo relator. No final de 2014, o relator até então, Vital do Rêgo, apresentou substitutivo ao texto principal, que não chegou a ser votado. Com a renúncia dele ao mandato para assumir o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), a proposta tem que ser redistribuída na comissão.

O substitutivo apresentado por Vital tem por base relatório

do também ex-senador Pedro Taques. O parecer de Taques foi aprovado por uma comissão especial de senadores, que se debruçou sobre o anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas instalada em 2011, no Senado, com o objetivo de atualizar o Código Penal, que é de 1940.

Vital descreve os diversos atos considerados terroristas e prevê penas maiores para crimes contra a vida. Também propõe a instituição de um sistema mais rigoroso de progressão de regime, impondo ao condenado por delito mais grave tempo maior em regime fechado nos presídios.

Tanto na versão de Taques quanto na de Vital do Rêgo, o terrorismo é tipificado no rol dos crimes contra a paz pública. Consiste em causar terror na população com o fim de forçar autoridades públicas, nacionais ou estrangeiras, “a fazer o que a lei não exige ou deixar de fazer o que a lei não proíbe”.

Outro enquadramento do crime se refere à obtenção de recursos para a manutenção de organizações políticas ou grupos armados, civis ou militares, que atuem contra a ordem constitucional e o Estado democrático.

O texto em exame na CCJ não inclui entre os crimes de terrorismo os atos perpetrados contra determinadas autoridades, como o presidente da República, delito previsto em outro tipo penal. Porém, enquadra no crime atos para interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática e bancos de dados.

Embora a pena básica para o crime seja mais curta na proposta do novo Código Penal, na faixa de 8 a 15 anos de prisão, o texto ainda prevê a aplicação cumulativa de outras sanções, correspondentes ao tipo penal referente à violência, grave ameaça ou danos envolvidos na prática.

Os demais projetos que também tipificam o terrorismo tramitam em conjunto com a proposta do novo Código Penal. São o PLS 588/2011, do ex-senador Demóstenes Torres; o PLS 707/2011, do senador Blairo Maggi (PR-MT); e o PLS 762/2011, do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Nos aspectos fundamentais, os textos revelam semelhanças com as demais propostas sobre o tema. Os três projetos adotam como regra, para caracterização do crime de terrorismo, a existência de motivações de ordem política, religiosa e outras. No parecer apresentado na CCJ sobre o novo Código Penal, Vital do Rêgo considerou que seu relatório contempla as três propostas.



Então senador José Sarney (D) recebe de Gilson Dipp relatório da comissão de juristas que elaborou proposta de novo Código Penal

Saiba mais

Projeto de novo Código Penal (PLS 236/2012)
<http://bit.ly/PLS236-2012>

Lei de Segurança Nacional
<http://bit.ly/Lei7170>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Entre os nomes não votados pela Comissão de Relações Exteriores, está o do diplomata indicado para La Paz, processo que envolve o asilo ao ex-senador boliviano Róger Molina

Indicações de embaixadores aguardam análise

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) inicia o ano com nove indicações de embaixadores aguardando exame. A mais antiga é a do diplomata Raymundo Santos Rocha Magno para a embaixada na Bolívia. A designação chegou ao Senado há um ano e meio, mas a análise foi adiada por causa da fuga do ex-senador boliviano Róger Pinto Molina para o Brasil (*leia matérias abaixo*).

Outras duas mensagens presidenciais ingressaram na Casa no final de agosto, indicando os diplomatas Francisco Carlos Soares Luz para a embaixada na Jordânia e Evaldo Freire para a Guiné Equatorial. Os relatórios ficaram prontos em novembro, mas faltou

tempo para as sabatinas e a avaliação dos nomes por voto secreto.

No final de novembro, chegaram mais seis mensagens. Entre elas, a indicação do diplomata Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior para representar o Brasil na Austrália. Ele foi designado para, cumulativamente, ocupar as representações nas Ilhas Salomão, em Papua-Nova Guiné, Vanuatu, Fiji e Nauru, países-ilhas da mesma região.

Também foram indicados Norton de Andrade Mello Rapesta, para servir em Angola; Rubem Antonio Correa Barbosa, para a Indonésia; e Claudio Raja Gabaglia Lins, que deve acumular os cargos no Paquistão e no Tadjiquistão.



Senador Ferração presidiu a Comissão de Relações Exteriores, que precisa analisar nove nomes para representar o país

A lista se completa com os diplomatas Carlos Ricardo Martins Ceglia, para representar o país tanto na Malásia quanto em Brunei; e Manoel

Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira, como embaixador na Bósnia e Herzegovina.

Depois da análise da CRE, as mensagens seguem para

votação final em Plenário, onde aguardam deliberação outras 11 indicações de novos embaixadores, aprovadas no fim do ano passado.

Caso Molina derrubou ministro brasileiro

O diplomata indicado para a embaixada brasileira na Bolívia, Raymundo Santos Rocha Magno, deveria substituir Marcel Biato, então designado para a Suécia, processo depois retirado a pedido da presidente Dilma Rousseff.

Biato deixou o posto num momento em que Brasil e Bolívia discutiam temas delicados, entre os quais o caso do ex-senador boliviano Róger Pinto Molina, que havia se refugiado na embaixada brasileira em maio de 2012.

Molina aguardava salvo-conduto para deixar o local em segurança e seguir para o Brasil, como asilado político. Já condenado pela Justiça boliviana por suposta prevaricação (crime de servidor contra a administração pública), ele pediu asilo alegando sofrer perseguição do presidente do país, Evo Morales.

O ex-senador escapou para o Brasil, em agosto de 2013, numa operação coordenada pelo diplomata Eduardo Saboia, encarregado de negócios

do Brasil em La Paz. Saboia pediu ajuda ao então presidente da CRE, senador Ricardo Ferração (PMDB-ES), para que Molina chegasse a Brasília. O diplomata alegou razões humanitárias. O senador Ferração disse que Molina vivia numa "situação sem solução".

Evo Morales qualificou a situação como "grave" e pediu explicações ao Brasil. Em consequência, o governo brasileiro afastou o então ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota.

Comissão quer informações sobre ex-senador boliviano

Depois de aberto inquérito pelo Itamaraty para investigar a conduta do diplomata Eduardo Saboia, a CRE decidiu condicionar a votação da mensagem com o nome do novo embaixador em La Paz ao recebimento de informações solicitadas ao Ministério das Relações Exteriores a respeito do processo de asilo e da fuga de Molina.

Considerando insatisfatórias as respostas, a comissão man-

teve o exame em suspenso. O então senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), primeiro relator da indicação, renunciou à função.

O substituto, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), optou por solicitar novos esclarecimentos ao Itamaraty. Segundo ele, as respostas ao ofício anterior não esclareceram em nada os fatos sobre o pedido de asilo de Molina, ainda sem conclusão.

Paim pede redução de prestações de dívida

Após ressaltar a importância da Lei Complementar 148/2014, que muda o índice de correção das dívidas estaduais e municipais, Paulo Paim (PT-RS) adiantou que a luta agora será pela redução do valor das parcelas pagas mensalmente à União. O senador citou a situação do Rio Grande do Sul, que deve R\$ 37 bilhões à União. Segundo ele, apesar de tudo o que já foi pago desde a renegociação em 1997, a dívida só crescia e, se nada mudasse, o estado ainda estaria devendo R\$ 40 bilhões em 2027.

A nova lei, sancionada em novembro, permite que a dívida seja corrigida por



Waldemir Barreto/Agência Senado

um índice inferior ao que vinha sendo aplicado desde 97. Com isso, o estado terá desconto de R\$ 15 bilhões e poderá zerar o resíduo da dívida por volta de 2027, afirmou. Mas a situação do estado pode melhorar mais, garantiu, se

houver redução do valor das prestações mensais, que hoje equivalem a cerca de 13% das receitas estaduais.

— Continuaremos a defender a redução de 13% para 11% da receita, de forma que possamos diminuir a parcela da dívida a ser paga. É uma reivindicação da bancada gaúcha e, acredito, também de outros estados.

Ana Amélia alerta para crise na economia

Tão importante quanto a grave crise pela qual passa a Petrobras é o perigo que ronda a economia, com o aumento da inflação. O alerta foi feito por Ana Amélia (PP-RS) em pronunciamento no Plenário ontem.

A senadora lembrou que em janeiro a inflação atingiu 1,24%, maior variação mensal desde fevereiro de 2003, acumulando alta de 7,14% nos últimos 12 meses — bem acima dos 6,5% do teto máximo da meta oficial. Uma situação, ressaltou, que "traz risco à estabilidade econômica, que foi uma conquista da sociedade brasileira, alcançada há mais de 20



Waldemir Barreto/Agência Senado

anos". Ela citou ainda as previsões de crescimento zero da economia neste ano e a elevação da taxa de desemprego de 4,8% para 6,5%.

— Esta não é a palavra de uma senadora de oposição.

Não sou de oposição, não sou do governo. Sou uma ex-jornalista que agora está no exercício do mandato e que enxerga as coisas como as pessoas com as quais a gente conversa: no táxi, no ônibus, no restaurante — afirmou.

Ela ressaltou que faz o alerta "não para atacar, mas para ajudar o governo a enxergar" e tomar medidas que impeçam que o problema se agrave.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto e Douglas Cintra

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

De acordo com o autor, José Medeiros, objetivo da proposta é tirar trabalhadores da informalidade e garantir-lhes direitos trabalhistas e previdenciários

Projeto regulamenta profissão de vigia de rua

VIGIAS DE RUA poderão ter a profissão regulamentada. José Medeiros (PPS-MT) apresentou projeto que beneficia o grupo de 1,5 milhão de profissionais que exercem, desarmados, a guarda de condomínios ou ruas e o patrulhamento de imóveis residenciais ou comerciais (PLS 12/2015).

Geralmente, os vigias autônomos são pagos pelos moradores da área protegida. A intenção de Medeiros é tirar da informalidade os vigias não vinculados a empresas de segurança. Com o emprego formal, todos os vigias estarão abrangidos pelas legislações trabalhista e previdenciária.

De acordo com a proposta, eles precisarão ter mais de 18 anos, registro em órgão oficial

de segurança pública, treinamento específico e aptidão física e psicológica atestada por instituição credenciada. Eles precisarão ter a ficha policial limpa e não poderão ser funcionários de órgão de segurança pública, como a polícia.

Medeiros disse que é preciso “organizar e valorizar essa classe de trabalhadores tão útil e operosa, já que a procura por esse tipo de serviço cresce cada vez mais — expressão do alto nível de insegurança verificado principalmente nos grandes centros urbanos”.

O projeto terá votação em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Caso seja aprovado sem recurso para ser analisado no Plenário, irá para a Câmara.



Intenção de José Medeiros é organizar a categoria, cada vez mais procurada por conta do “alto índice de insegurança”

Fotos: Woldemir Barreto/Agência Senado

Texto diminui alíquota de representante comercial no Simples

Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto de lei que modifica o enquadramento dos representantes comerciais no Simples Nacional, de forma a incluir a atividade em uma tabela de tributação com alíquotas menores que as praticadas atualmente.

Os representantes comerciais alegam que, se aderissem ao Simples pelas regras atuais, estariam sujeitos a uma

tributação que varia de 16,9% a 22,4%. Maior, portanto, que os cerca de 13% que eles recolhem pelo regime de tributação de lucro presumido.

A categoria se diz alijada dos benefícios do regime de tributação simplificado, que agrega o recolhimento de PIS-Pasep, Cofins, ISS, Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Paim considera justo o reenquadramento pleiteado e, por isso, apresentou o PLS 5/2015 — Complementar, que estende à categoria as mesmas regras de tributação válidas para contadores, agentes de viagem, fisioterapeutas e corretores de seguros.

O projeto altera artigo do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar

123/2006) para incluir “representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros” entre as atividades tributadas conforme tabela do Anexo 3 da lei, que varia entre 6% e 17,4%, de acordo com a receita bruta do contribuinte.

O projeto será votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de ir a Plenário.

Capiberibe pede fim de doação privada a candidaturas eleitorais



João Capiberibe (PSB-AP) fez um apelo para que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes dê continuidade ao julgamento do processo que pode acabar com o financiamento privado de campanhas eleitorais.

O julgamento foi interrompido em abril por um pedido de vista de Gilmar Mendes. A votação estava em 6 a 1 contra as doações privadas — placar que, em tese, não poderia ser revertido.

Capiberibe lembrou que o financiamento privado faz com que o comprometimento dos eleitos deixe de ser com os interesses da sociedade e passe para a defesa dos interesses dos financiadores das campanhas.

— É importante que a gente finalmente tenha o desenlace dessa questão. Isso deveria ter sido feito pelo Parlamento na reforma política. Já que o Parlamento se mantém inerte e imobilizado diante dos grandes interesses, os ministros do STF tomaram essa decisão, restando apenas o voto do ministro Gilmar Mendes. A minha expectativa é de que esse voto seja dado o mais breve possível.

O senador afirmou que a bancada do PSB no Senado não deve apoiar, num primeiro momento, a criação de uma nova CPI da Petrobras. Ele informou que o partido deve aguardar a manifestação do Ministério Público sobre o caso. Essa cautela pode evitar constrangimentos no caso de o Congresso iniciar a CPI e posteriormente o Ministério Público indiciar algum parlamentar dessa comissão.

O senador defendeu a profissionalização do serviço público, com o fim das indicações partidárias para a composição dos órgãos da administração pública, cujos cargos devem ser ocupados por servidores de carreira. Ele acredita que a medida pode reduzir a corrupção no serviço público.

Ataídes acusa governo de manipular índice de desemprego



Ataídes Oliveira (PSDB-TO) disse que o governo subestima o número de pessoas desempregadas e infla o número de empregados para mostrar que o índice está menor do que de fato está.

O senador observou que, para mostrar o índice de desemprego, a Pesquisa Nacional de Empregos se baseia na realidade de apenas seis municípios, num universo de mais de 5 mil.

— Por que não fazem pesquisa no Norte? Lá no meu Tocantins? Vão lá ver o nosso desemprego!

Além disso, acrescentou o senador, beneficiários do Programa Bolsa Família não são considerados pela pesquisa, assim como as pessoas que estejam vivendo do seguro-desemprego, as que estejam desempregadas há mais de um mês e as que vivem de trabalho eventual ou temporário.

Se esses dados fossem considerados, disse Ataídes, o desemprego no Brasil chegaria a 20%, muito além dos 4,3% anunciados pelo governo:

— No entanto, de forma oportuna, o governo prefere anunciar números que lhe são convenientes. Hoje, a única coisa que o governo tem a se pegar é falar que o desemprego é 4,3%. Isso é uma grande mentira. Somente no mundo de faz de conta do governo o desemprego é baixo, combate-se a corrupção e a inflação está controlada. Acham que o povo brasileiro é idiota.

O senador citou os jovens que não estudam nem trabalham:

— A “geração nem-nem” compromete o futuro do país. O jovem sem perspectiva torna-se vulnerável ao uso de drogas, a práticas criminosas e a situações de exploração. A ociosidade representa perigo grave para a sociedade. O jovem que fica para trás dificilmente irá recuperar o tempo perdido algum dia. Sente-se envergonhado, com a autoestima baixa.

Insatisfação do brasileiro é copo que está quase cheio, diz Agripino



José Agripino (DEM-RN) disse que a insatisfação e a indignação dos brasileiros com o governo e os rumos da economia aumentaram diante da inflação de 1,4% em janeiro, da elevação dos juros e da decepção com a Petrobras.

Ele relatou alguns exemplos dessa insatisfação, como o caso de um feirante de São José de Mipibu (RN) que aumentou o preço dos ovos em 10% por causa da elevação dos custos.

Agripino contou também que há pessoas vendendo o aparelho de ar condicionado que compraram quando o governo afirmou que o preço da energia elétrica iria cair. No entanto, disse o senador, o que ocorreu foi o contrário: o preço da energia subiu e, com isso, o equipamento virou um problema.

Sobre a Petrobras, Agripino disse que se esperava que o substituto de Graça Foster na presidência da estatal fosse um gestor isento, que passasse a certeza de que a empresa seria gerida com competência e independência, mas isso não ocorreu. O novo presidente, em sua opinião, é alguém “da copa e da cozinha do Planalto”.

— A insatisfação dos brasileiros é um copo que está enchendo, está quase cheio. E quero dizer é que, com absoluta responsabilidade e consciência, nós, da oposição, não vamos provocar nenhum cataclismo, mas não vamos nos apartar do sentimento popular: nós vamos sintonizar, sim, o sentimento popular, de modo a levar este país para o seu porto seguro — afirmou o senador.

Ele disse que está sendo convocado, via internet, um grande protesto para 15 de março contra o governo federal:

— O desastre está em curso. A insatisfação está em curso.

Projeto, encabeçado por Reguffe, busca reduzir valor dos medicamentos. Segundo o senador, os tributos cobrados das drogas muitas vezes têm apenas o objetivo de “fazer caixa para os governos”

Proposta isenta todos os remédios de impostos

UMA NOVA PROPOSTA de emenda à Constituição (PEC) isenta os medicamentos de tributos. A PEC 2/2015 tem como primeiro signatário o senador Reguffe (PDT-DF).

De acordo com a proposta, todos os remédios destinados ao uso humano ficam livres de tributos. Segundo Reguffe, os medicamentos não podem ser tratados como qualquer tipo de mercadoria, já que há um risco em relação à saúde daqueles que precisam de um remédio.

— O que observamos hoje em dia é que os remédios são considerados uma fonte de receita tributária fácil de arrecadar, fazendo com que

muitas vezes se busque, a partir da sua alta tributação, fazer caixa para os governos — afirma o senador.

Para Reguffe, os governos devem resolver a questão financeira tributando bens de luxo, e não essenciais, além de implementar a cobrança progressiva sobre o patrimônio e a renda.

Tentativa anterior

A PEC aguarda distribuição para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A aprovação depende do voto, em dois turnos, de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso (49 senadores e 308 deputados).

Em novembro de 2014, a PEC 115/2011, que também proibia a cobrança de impostos sobre medicamentos de uso humano, foi rejeitada pela CCJ.

A PEC, de Paulo Bauer (PSDB-SC), contou com o voto pela aprovação do relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), na forma de um substitutivo. Mas prevaleceu na CCJ a posição do governo, contrária à proposta.

Na ocasião, Gleisi Hoffmann (PT-RR) afirmou que a redução de carga tributária prevista na PEC resultaria em impacto negativo também sobre os orçamentos estaduais e municipais.

Para Cássio, única preocupação de Dilma na crise é proteger PT

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) manifestou preocupação com a falta de rumos do país e a omissão do governo. Segundo ele, a presidente Dilma Rousseff segue empenhada em proteger o partido, apesar das crescentes denúncias de corrupção.

O senador criticou a escolha de Aldemir Bendine para a presidência da Petrobras e a demora do governo em perceber que Graça Foster não reunia mais as condições necessárias para conduzir a empresa.

— O governo ficou à caça de nomes e fez, talvez, a pior escolha que poderia ter sido feita, porque não escolheu nada além de um tarefeiro para cumprir a missão de continuar tentando limpar a cena do crime dentro da Petrobras — afirmou.

Para ele, o PT se afundou num lamentável “poço de lama” e precisa pedir desculpas ao Brasil. O senador repudiou o que chamou de “golpismo”, mas ressaltou que é preciso cobrar do governo as devidas respostas à nação.

Em aparte, Ataídes Oliveira (PSDB-TO) lembrou que, se-



Waldeir Boreto/Agência Senado

gundo o Datafolha, a avaliação positiva do governo Dilma caiu quase 20 pontos desde dezembro. Ele também questionou Lindbergh Farias (PT-RJ) se

consideraria “golpista” o movimento pelo impeachment de Fernando Collor em 1992.

Lindbergh disse que, naquela época, havia fatos objetivos que levavam ao presidente e agora “não há nada”. Ele lembrou ainda que o povo acabou de se manifestar ao reeleger Dilma.

O senador petista afirmou que, nos governos do PSDB, não havia investigação, Ministério Público independente ou Polícia Federal estruturada. Disse também que, apesar de a oposição “falar muito em CPI”, há 12 anos o estado de São Paulo não tem uma comissão parlamentar de inquérito.

— Então, não me venham comparar momentos que não têm nada a ver com a história. A situação do Collor era outra, completamente diferente. Aqui, o que eu estou vendo é grito de quem perdeu a eleição e não está querendo aceitar o resultado — disse Lindbergh.

Gleisi atribui queda da popularidade da presidente à “economia global”

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse acreditar que a queda na popularidade da presidente Dilma Rousseff é gerada por fatores conjunturais.

De acordo com pesquisa nacional feita pelo Datafolha, o índice de eleitores que avaliaram o governo federal como bom ou ótimo caiu de 42% em dezembro para 23% em fevereiro. O índice dos que avaliaram o governo como ruim ou péssimo subiu de 24% para 44%.

Entre os fatores que levaram à queda, a senadora citou as denúncias envolvendo a Petrobras, que ainda não foram totalmente esclarecidas. Outro fator que levou à queda da popularidade da presidente, avaliou a senadora, foi a crise na economia. Essa crise, para Gleisi, não é exclusiva do Brasil, mas atinge a economia de países em todo o mundo.

— Quando o Brasil ia bem, a oposição vinha aqui e dizia que o sucesso da economia do governo Lula era porque nós tínhamos uma economia global sustentada, boa, que



Waldeir Boreto/Agência Senado

estava em desenvolvimento franco. Então não vale quando é o contrário? É um discurso oportunista. Nós temos uma crise — afirmou.

Ao comparar os governos do PT e do PSDB, a senadora disse que Luiz Inácio Lula da Silva não recebeu a economia equilibrada em 2003 e que foi ele quem salvou o Plano Real.

Gleisi também lembrou que o índice de popularidade no início do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 1999, era baixo.

Fato e versão

Outro fator que pode ter influenciado a queda da aprovação do governo, segundo a senadora, é o que chamou de “manipulação da opinião pública”.

Gleisi acusou a oposição de usar a mídia para atacar o governo e disse que muitos veículos de comunicação atribuem qualquer coisa negativa ao PT. De acordo com a senadora, o que tem prevalecido no noticiário é “a versão, e não o fato”.



Pedro Franco/Agência Senado

Se texto for aprovado, preços na farmácia cairão por causa da isenção de todos os impostos incidentes sobre remédios

Reúso de água no Minha Casa, Minha Vida

Acaba de ser apresentado na Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) 15/2015. De autoria de Ivo Cassol (PP-RO), o texto estabelece que empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida deverão observar a adequação ambiental e atender, sem prejuízo de outros fatores, a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais.

Na justificativa da proposta, Cassol diz que a escassez de água hoje atinge todas as regiões do país e exige crescente atenção do poder público e da sociedade. O senador informa que, segundo a ONU, até 2025, cerca de 3 bilhões de pessoas estarão sujeitas a “estresse hídrico” caso sejam mantidas as condições atuais de disponibilidade, gestão e utilização da água. No Brasil, acrescenta, embora haja grande disponibilidade hídrica, os problemas de abastecimento decorrem de fatores tais como o consumo intensivo, o desperdício e a

degradação de mananciais.

O autor argumenta que a utilização de água potável para limpeza de calçadas, irrigação de jardins e descargas sanitárias mostra que devem ser adotadas medidas de racionalização do uso da água e de conscientização da população para a importância “desse já escasso recurso natural”. Usos dessa natureza, diz Cassol, podem ser atendidos pela captação e reserva de águas pluviais, o que, além de “mostrar-se muito mais razoável, contribui para atenuar o fluxo da drena-

gem em situações de chuvas intensas”. O senador lembra que Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro já vêm adotando exigências do gênero para novas construções.

O risco de desabastecimento de água tem motivado a apresentação de outros projetos sobre o tema neste início de 2015. Projeto do senador Humberto Costa (PT-PE), por exemplo, estabelece medidas para promover o aproveitamento de água de chuva e o abastecimento com água de reúso (PLS 13/2015).



Albino Coninho/Secom-BA

Captação de água de chuva poderá ser obrigatória em construções do programa